

Ouro Verde
Locação e
Serviço S.A.

**Informações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos
Diretores e Acionistas da
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Curitiba - Paraná

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 7 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/18	31/12/17	30/06/18	31/12/17			30/06/18	31/12/17	30/06/18	31/12/17
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	166.044	139.504	167.257	140.707	Fornecedores		53.391	56.274	54.814	56.501
Aplicações financeiras vinculadas	7	39.242	37.913	39.242	37.913	Financiamentos e empréstimos	14	314.748	288.405	314.748	288.405
Contas a receber de clientes	8	149.191	163.438	150.069	164.130	Arrendamento mercantil	17	125.667	115.017	125.667	115.017
Impostos a recuperar		11.544	14.614	11.546	14.619	Debêntures	18	204.862	125.943	204.862	125.943
Despesas antecipadas		13.703	9.226	13.703	9.226	Adiantamentos de clientes		4.179	30.892	4.329	31.352
Ativos destinados a venda		-	-	1.174	192	Impostos e contribuições a recolher		16.077	16.391	16.106	16.398
Outros créditos		33.623	37.601	33.623	37.601	Salários e férias a pagar		12.220	7.577	12.220	7.577
Instrumentos financeiros derivativos	24	4.450	204	4.450	204	Outras contas a pagar		157	259	157	259
						Instrumentos financeiros derivativos	24	832	5.658	832	5.658
		417.797	402.500	421.064	404.592			732.133	646.416	733.735	647.110
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	7	36.073	51.515	36.073	51.515	Financiamentos e empréstimos	14	290.743	365.795	290.743	365.795
Contas a receber por alienação de controlada	9, 10	162.053	159.231	162.053	159.231	Arrendamento mercantil	17	156.475	118.244	156.475	118.244
Depósitos judiciais	16	21.498	21.383	21.498	21.383	Debêntures	18	510.974	519.781	510.974	519.781
Outros créditos		19.686	9.947	19.686	9.947	Provisão para contingências	16	7.220	6.454	7.220	6.454
Investimentos	11	1.656	1.392	8	8	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	88.696	89.412	88.696	89.412
Imobilizado	12					PIS e COFINS diferidos		34.181	34.439	34.181	34.439
Veículos, tratores, colhedoras e outros equipamentos sujeitos a arrendamento mercantil operacional		1.305.695	1.274.554	1.305.695	1.274.554	Outras contas a pagar		596	962	596	962
Outros imobilizados		14.605	13.565	14.605	13.565			1.088.885	1.135.087	1.088.885	1.135.087
		1.320.300	1.288.119	1.320.300	1.288.119	Patrimônio líquido					
Intangível	13	30.544	32.789	30.544	32.789	Capital social	19.a	102.723	102.723	102.723	102.723
		1.591.810	1.564.376	1.590.162	1.562.992	Reservas de lucros	19.b	85.866	82.624	85.866	82.624
						Ajustes de avaliação patrimonial	19.c	-	26	-	26
		2.009.607	1.966.876	2.011.226	1.967.584	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		188.589	185.373	188.589	185.373
						Participação de acionistas não controladores		-	-	17	14
								188.589	185.373	188.606	185.387
								2.009.607	1.966.876	2.011.226	1.967.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o resultado do exercício por ação)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
		30/06/18	30/06/17	Trimestre de 1/4 a 30/6/18	Trimestre de 1/4 a 30/6/17	30/06/18	30/06/17	Trimestre de 1/4 a 30/6/18	Trimestre de 1/4 a 30/6/17
Receita operacional líquida	21	412.728	456.844	208.927	236.931	416.615	458.941	211.048	236.996
Custos dos serviços prestados e venda da frota	22	<u>(296.118)</u>	<u>(324.745)</u>	<u>(147.132)</u>	<u>(174.957)</u>	<u>(299.714)</u>	<u>(326.691)</u>	<u>(149.110)</u>	<u>(175.024)</u>
Resultado bruto		116.610	132.099	61.795	61.974	116.901	132.250	61.938	61.972
Receitas (despesas) operacionais									
Vendas	22	(185)	(1.378)	(184)	(1.307)	(185)	(1.378)	(184)	(1.307)
Administrativas e gerais	22	(19.666)	(18.251)	(10.332)	(10.400)	(19.666)	(18.252)	(10.332)	(10.401)
Resultado da equivalência patrimonial	11	264	145	132	(1)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(199)</u>	<u>(974)</u>	<u>(188)</u>	<u>(648)</u>	<u>(199)</u>	<u>(974)</u>	<u>(188)</u>	<u>(648)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		96.824	111.641	51.223	49.618	96.851	111.646	51.234	49.616
Receitas (despesas) financeiras									
Receitas financeiras	23	27.805	41.602	12.502	15.278	27.826	41.625	12.516	15.285
Despesas financeiras	23	<u>(119.383)</u>	<u>(147.961)</u>	<u>(58.816)</u>	<u>(69.774)</u>	<u>(119.385)</u>	<u>(147.964)</u>	<u>(58.818)</u>	<u>(69.776)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(91.578)</u>	<u>(106.359)</u>	<u>(46.314)</u>	<u>(54.496)</u>	<u>(91.559)</u>	<u>(106.339)</u>	<u>(46.302)</u>	<u>(54.491)</u>
Resultado antes dos impostos		5.246	5.282	4.909	(4.878)	5.292	5.307	4.932	(4.875)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	15	<u>(2.030)</u>	<u>(1.862)</u>	<u>(988)</u>	1.479	<u>(2.073)</u>	<u>(1.885)</u>	<u>(1.009)</u>	1.476
Resultado do período		<u>3.216</u>	<u>3.420</u>	<u>3.921</u>	<u>(3.399)</u>	<u>3.219</u>	<u>3.422</u>	<u>3.923</u>	<u>(3.399)</u>
Resultado atribuível aos:									
Acionistas controladores		3.216	3.420	3.921	(3.399)	3.216	3.420	3.921	(3.399)
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
Resultado do período		<u>3.216</u>	<u>3.420</u>	<u>3.921</u>	<u>(3.399)</u>	<u>3.219</u>	<u>3.422</u>	<u>3.923</u>	<u>(3.399)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em R\$)	20								
Básico		0,03690	0,03924	0,04498	(0,03900)	0,03693	0,03926	0,04501	(0,03900)
Diluído		0,03690	0,03924	0,04498	(0,03900)	0,03693	0,03926	0,04501	(0,03900)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	Período de seis meses		Período de três meses		Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/18	30/06/17	Trimestre de 1/4 a 30/6/18	Trimestre de 1/4 a 30/6/17	30/06/18	30/06/17	Trimestre de 1/4 a 30/6/18	Trimestre de 1/4 a 30/6/17
Resultado do período	3.216	3.420	3.921	(3.399)	3.219	3.422	3.923	(3.399)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>3.216</u>	<u>3.420</u>	<u>3.921</u>	<u>(3.399)</u>	<u>3.219</u>	<u>3.422</u>	<u>3.923</u>	<u>(3.399)</u>
Resultado abrangente atribuído aos:								
Acionistas controladores	3.216	3.420	3.921	(3.399)	3.216	3.420	3.921	(3.399)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	3	2	2	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores				Ajustes de avaliação patrimonial	Total antes da participação de acionistas não controladores	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados				
Saldos em 1º de janeiro de 2017	102.723	11.192	76.543	-	48	190.506	10	190.516
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	10	(10)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	3.420	-	3.420	2	3.422
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>102.723</u>	<u>11.192</u>	<u>76.543</u>	<u>3.430</u>	<u>38</u>	<u>193.926</u>	<u>12</u>	<u>193.938</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	102.723	11.192	71.432	-	26	185.373	14	185.387
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	26	(26)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	3.216	-	3.216	3	3.219
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>102.723</u>	<u>11.192</u>	<u>71.432</u>	<u>3.242</u>	<u>-</u>	<u>188.589</u>	<u>17</u>	<u>188.606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do período		3.216	3.420	3.219	3.422
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	12, 13	110.595	124.492	110.595	124.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	171	1.349	171	1.349
Provisão para contingências	16	1.762	(6.395)	1.762	(6.395)
Custo residual do ativo imobilizado alienado	12	95.832	102.556	95.832	102.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(716)	1.615	(716)	1.615
Instrumentos financeiros derivativos e variação cambial	24	706	13.797	706	13.797
Despesas de juros não realizadas		90.591	106.434	90.591	106.434
Juros sobre ativos financeiros não realizados		(3.014)	(6.728)	(3.014)	(6.728)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(264)	(145)	-	-
		<u>298.879</u>	<u>340.395</u>	<u>299.146</u>	<u>340.542</u>
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) em contas a receber		14.076	(440)	13.890	(747)
(Aumento) em outras contas a receber		(7.168)	(23.122)	(8.147)	(22.945)
(Redução) em fornecedores		(2.883)	(3.699)	(1.687)	(3.699)
Aumento em impostos e contribuições a recolher		2.432	2.170	2.497	2.185
(Redução) aumento em contas a pagar e provisões		(23.715)	8.695	(24.025)	9.147
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(2.746)	-	(2.789)	(23)
Juros pagos		(79.339)	(103.398)	(79.339)	(103.398)
		<u>199.536</u>	<u>220.601</u>	<u>199.546</u>	<u>221.062</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	12	(122.775)	(57.573)	(122.775)	(57.573)
Redução (aumento) em aplicações financeiras vinculadas		14.113	(34.528)	14.113	(34.528)
Aquisição de ativo intangível	13	(1.901)	(4.665)	(1.901)	(4.665)
		<u>(110.563)</u>	<u>(96.766)</u>	<u>(110.563)</u>	<u>(96.766)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos					
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Distribuição de lucros		-	(2.121)	-	(2.121)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados		243.226	354.377	243.226	354.377
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis pagos		(301.370)	(454.545)	(301.370)	(454.545)
Instrumentos financeiros derivativos e variação cambial realizados		(4.289)	(13.305)	(4.289)	(13.305)
		<u>(62.433)</u>	<u>(115.594)</u>	<u>(62.433)</u>	<u>(115.594)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos					
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>26.540</u>	<u>8.240</u>	<u>26.550</u>	<u>8.701</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		139.504	111.971	140.707	112.651
No fim do período		<u>166.044</u>	<u>120.211</u>	<u>167.257</u>	<u>121.352</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>26.540</u>	<u>8.240</u>	<u>26.550</u>	<u>8.701</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Receitas (1)	450.405	486.765	454.335	488.882
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	450.467	487.994	454.397	490.111
Outras receitas	109	120	109	120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(171)	(1.349)	(171)	(1.349)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	156.891	170.121	160.383	172.048
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	154.088	165.378	157.580	167.304
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.803	4.743	2.803	4.744
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	293.514	316.644	293.952	316.834
Depreciação e amortização (4)	110.595	124.492	110.595	124.492
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	182.919	192.152	183.357	192.342
Valor adicionado recebido em transferência (6)	10.458	24.551	10.215	24.429
Resultado de equivalência patrimonial	264	145	-	-
Receitas financeiras	10.194	24.406	10.215	24.429
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	193.377	216.703	193.572	216.771
Distribuição do valor adicionado	193.377	216.703	193.572	216.771
Pessoal	52.593	56.083	52.593	56.083
Impostos, taxas e contribuições	35.338	25.856	35.528	25.922
Remuneração de capitais de terceiros	102.230	131.344	102.232	131.344
Juros	99.578	127.669	99.580	127.669
Aluguéis	2.652	3.675	2.652	3.675
Remuneração de capitais próprios	3.216	3.420	3.219	3.422
Lucros retidos	3.216	3.420	3.216	3.420
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	3	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (“Companhia” ou “Ouro Verde”) é uma sociedade anônima, registrada na CVM como emissora na categoria “A”, sediada em Curitiba - Paraná, e tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos pesados e a terceirização de veículos leves. A Companhia, além de atender todas as regiões do território brasileiro, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos, é uma empresa multimarcas com relacionamento junto aos principais fabricantes nacionais e internacionais. A frota da Companhia é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade.

A Ouro Verde vem realizando investimentos relevantes no seu ativo fixo com o objetivo de atender as demandas dos seus atuais e novos clientes. Durante os primeiros seis meses de 2018, foram investidos R\$ 228,7 milhões no aumento da frota (R\$ 213,1 milhões em 2017), 7,3% superior ao mesmo período de 2017, totalizando 24.740 itens (28.583 em 2017), dos quais 7.683 itens representam máquinas e equipamentos pesados e 17.057 itens representam veículos leves (8.310 e 20.273 em 2017 respectivamente), uma redução de 7,5% e 15,9% respectivamente, quando comparado ao período anterior. O valor contábil da frota no encerramento de junho de 2018 atingiu R\$ 1.305,7 milhões.

Para o financiamento destes investimentos, a Companhia utiliza recursos de curto e longo prazo captados junto a instituições financeiras, principalmente, na forma de FINAME, via BNDES, que são linhas de crédito específicas para a aquisição de máquinas e equipamentos pesados, (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa 17) e debêntures (nota explicativa 18).

Em 26 de março de 2018, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição de 135.000.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série Única da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$ 135.000.000. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, para o reperfilamento de passivos financeiros.

2 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 4.2(a).

As informações financeiras consolidadas abrangem as informações financeiras da controladora Ouro Verde Locação e Serviço S.A. e da controlada Ouro Verde Revenda Ltda. a seguir relacionada:

	<u>Porcentagem de participação</u>		
	Controle	2018	2017
Ouro Verde Revenda Ltda.	Direto	99%	99%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

3 Apresentação das informações financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada em 7 de agosto de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Resumo das principais práticas contábeis

4.1 Base de preparação

a. Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 17** - classificação de um arrendamento mercantil

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4.2 (g)** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 8** - reconhecimento e mensuração de perdas com contas a receber de clientes (PCLD);
- **Nota 12** - revisão da vida útil e valor residual;
- **Nota 15** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 24** - mensuração e classificação dos instrumentos financeiros.

4.2 Principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As mudanças nas políticas contábeis também devem ser refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: O IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em relação a classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros, o IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros, no entanto ele elimina as seguintes categorias do IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros. O impacto do IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo. Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou a valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de

negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

A Nota explicativa nº 24 demonstra as categorias de mensuração do IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1/01/2018 e em 30/06/2018.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, entre outros, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A administração realizou as avaliações necessárias na aplicação dos requisitos de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável do IFRS 9 e não identificou impacto significativo relativo à adoção da norma.

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o IAS 18 (CPC 30) - Receitas e interpretações relacionadas. O Grupo adotou o IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes

anteriormente reconhecidos como receita, dado a não relevância da alteração da norma para o Grupo. Consequentemente, as informações apresentadas para o exercício de 2017, ou informações trimestrais para aquele exercício, não foram reapresentadas e, desta forma, as informações do exercício de 2017 seguem sendo apresentadas conforme divulgado de acordo com o IAS 18 e interpretações relacionadas. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues e serviços prestados ao cliente, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida nesse momento, conforme nota explicativa 4.2(d).

A administração realizou as avaliações necessárias em suas receitas e não identificou impacto significativo relativo à adoção da norma.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controlada são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações financeiras da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Participação de acionista não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Contas a receber de clientes e outros créditos são reconhecidos inicialmente quando emitidos. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e apenas quando, o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente ao seu valor justo, no caso de ativo ou passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão deste ativo ou passivo financeiro são somados (diminuídos) ao valor justo.

O Grupo mensura contas a receber de clientes e outros créditos ao seu preço de transação, se as contas a receber de clientes não contiverem componente de financiamento significativo.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial o Grupo classifica ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, exceto se o Grupo mudar seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro período seguinte da mudança de negócio.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

(a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

(b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo classifica os ativos financeiros em uma das seguintes categorias:

- a custo amortizado; e
- a valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Mensurados ao custo amortizado baseado na taxa de juros efetiva.

Valor justo por meio do resultado

Mensurados ao valor justo e as mudanças subsequentes reconhecidas no resultado do período.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados em mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado se assim for designado no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas reconhecidos no resultado do período.

Demais passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período. Qualquer ganho ou perda proveniente do desreconhecimento destes passivos financeiros também são reconhecidos no resultado do período.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando as obrigações contratuais aos fluxos de caixa do passivo expiram ou são canceladas. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos do contrato são modificados e os termos dos fluxos de caixa são substancialmente diferentes, nestes casos um novo passivo financeiro é reconhecido baseado nestes novos termos.

(iv) *Compensação*

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

d. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

- quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

(i) *Receita de serviços prestados*

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

A receita de serviços a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de serviços prestados, não faturada ao cliente, calculada em base estimada referente ao período em que ocorreu a prestação de serviços, visando adequar o reconhecimento da receita ao período de competência.

(ii) *Venda da frota*

A receita líquida da venda da frota, atividade acessória e complementar da atividade de serviços prestados, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

e. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos nas linhas de receita operacional líquida e custo dos serviços prestados e venda da frota, respectivamente.

(ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação da frota de veículos estão divulgadas na nota explicativa 12.

f. Ativos intangíveis

(i) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização, para os ativos intangíveis com vida útil definida, é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros incluindo recebíveis*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e sua controlada sob condições que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

A Companhia classifica seus segmentos operacionais (Locação de máquinas e equipamentos pesados e Terceirização de veículos leves) como suas unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado ou diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(ii) Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das informações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os períodos fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

m. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos períodos apresentados.

n. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

A Administração considera que as operações da Companhia e sua controlada compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. A renovação da frota é inerente ao processo de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, de forma que não é separável e, por tal razão, não constitui um segmento distinto.

o. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas BRGAAP aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A seguinte norma será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essa alteração na preparação destas informações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

a. IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre seus ativos e passivos. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

5 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

(ii) Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e sua controlada e contraparte quando apropriado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	6.389	69.657	6.391	69.662
Aplicações financeiras	159.655	69.847	160.866	71.045
	166.044	139.504	167.257	140.707

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 98% (99% em 2017) dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

7 Aplicações financeiras vinculadas (Controladora e consolidado)

	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras - vinculadas a empréstimos tomados	75.315	89.428
(-) Parcelas classificadas no ativo circulante	(39.242)	(37.913)
Ativo não circulante	36.073	51.515

As aplicações financeiras vinculadas se referem a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e encontram-se vinculadas a amortizações de empréstimos contraídos junto as instituições financeiras custodiantes.

Os valores correspondentes foram classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento dos empréstimos aos quais estão vinculados.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2016
Cientes nacionais	122.236	153.810	123.114	154.502
Serviços a faturar	37.945	21.625	37.945	21.625
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.990)	(11.997)	(10.990)	(11.997)
	149.191	163.438	150.069	164.130

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
A vencer	118.103	145.534	118.981	146.226
Vencidos até 30 dias	12.886	5.141	12.886	5.141
Vencidos de 31 a 60 dias	5.124	1.946	5.124	1.946
Vencidos de 61 a 90 dias	4.632	2.160	4.632	2.160
Vencidos acima de 91 dias	19.436	20.654	19.436	20.654
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.990)	(11.997)	(10.990)	(11.997)
	149.191	163.438	150.069	164.130

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente, e a movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	11.997	6.169	11.997	6.169
Adição à provisão	171	5.862	171	5.862
Reversão da provisão	-	(34)	-	(34)
Utilização	(1.178)	-	(1.178)	-
Saldo final	10.990	11.997	10.990	11.997

9 Contas a receber por alienação de controlada

Refere-se ao valor a receber da controladora Novo Oriente Participações Ltda., pela venda da totalidade da participação (99,581%) na companhia Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, em 30 de abril de 2013, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor justo determinado pela Administração da Companhia apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes.

O recebimento financeiro deste saldo junto à Controladora Novo Oriente Participações Ltda., se dará através de distribuição de lucros dos exercícios futuros em sua integralidade, a partir do exercício fiscal de 2017, pelo número de exercícios fiscais que se façam necessários até o pagamento integral do saldo devedor, conforme 4º Termo aditivo do referido contrato firmado em 31 de março de 2017. A partir de janeiro de 2016, o saldo remanescente não quitado é corrigido monetariamente conforme a variação mensal do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) relativa ao mês anterior ao mês da correção em processamento.

10 Partes relacionadas (Controladora e consolidado)

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras Companhias relacionadas, como demonstrado abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo não circulante		
<i>Contas a receber por alienação de controlada</i>		
Novo Oriente Participações Ltda. (controladora) - nota explicativa 9	162.053	159.231
Passivo circulante		
<i>Fornecedores</i>		
Serenata Adm.de Bens Ltda. (parte relacionada) (a)	158	151

- (a) Saldo a pagar devido ao arrendamento de imóveis. O total de despesas incorridas com este arrendamento em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 919 (R\$ 892 em 2017).

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 30 de junho de 2018 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.959 (R\$ 3.569 em 2017). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda., que detém 62,78% de participação do seu capital social. O restante do capital social da Companhia é dividido na proporção de 27,22% pelo acionista Celso Antônio Frare e 10,00% pelo acionista Karlis Jonatan Krukliis.

11 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Participação em companhia controlada (a.1)	1.648	1.384	-	-
Outros investimentos	8	8	8	8
	1.656	1.392	8	8

a.1 Participação em companhia controlada - Ouro Verde Revenda

a.1.1 Movimentação dos saldos no período

Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.033
Resultado na equivalência patrimonial	<u>145</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>1.178</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.384
Resultado na equivalência patrimonial	<u>264</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>1.648</u>

a.1.2 Informações da controlada - Ouro Verde Revenda

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as principais informações financeiras da investida são:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo	3.267	2.092
Passivo	1.602	694
Receita	3.887	4.037
Lucro líquido do período	267	355
Capital social	10	10
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	10	10
Patrimônio líquido	1.665	1.398
Participação no capital social, no final do período	99%	99%
Participação no patrimônio líquido	1.648	1.384

12 Imobilizado (Controladora e consolidado)

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras (*)	Máquinas e equipamentos (*)	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Total
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2017	9.677	2.036.782	33.051	1.645	12.577	2.093.732
Adições (**)	-	190.065	23.077	30	2.869	216.041
Baixas	-	(186.411)	(2.386)	-	(104)	(188.901)
Transferências	700	(3.243)	3.954	-	(1.411)	-
Em 30 de junho de 2017	10.377	2.037.193	57.696	1.675	13.931	2.120.872
Em 1º de janeiro de 2018	10.513	1.922.521	27.907	1.685	12.190	1.974.816
Adições (**)	-	228.664	25	36	5.737	234.462
Baixas	-	(193.047)	(645)	-	-	(193.692)
Transferências	79	3.209	276	1	(3.565)	-
Em 30 de junho de 2018	10.592	1.961.347	27.563	1.722	14.362	2.015.586
Depreciação:						
Em 1º de janeiro de 2017	(1.140)	(611.589)	(15.731)	(685)	(6.529)	(635.674)
Despesas de depreciação no período	(206)	(119.223)	(2.353)	(83)	(1.007)	(122.872)
Baixas	-	84.751	1.498	-	96	86.345
Transferências	-	578	(578)	-	-	-
Em 30 de junho de 2017	(1.346)	(645.483)	(17.164)	(768)	(7.440)	(672.201)
Em 1º de janeiro de 2018	(1.555)	(660.355)	(15.519)	(851)	(8.417)	(686.697)
Despesas de depreciação no período	(211)	(102.491)	(2.710)	(82)	(955)	(106.449)
Baixas	-	97.380	480	-	-	97.860
Em 30 de junho de 2018	(1.766)	(665.466)	(17.749)	(933)	(9.372)	(695.286)
Valor residual líquido:						
Em 30 de junho de 2017	9.031	1.391.710	40.532	907	6.491	1.448.671
Em 1º de janeiro de 2018	8.958	1.262.166	12.388	834	3.773	1.288.119
Em 30 de junho de 2018	8.826	1.295.881	9.814	789	4.990	1.320.300
Taxas da depreciação % a.a.:	4	5,4 a 18,6	13,5 a 25,8	10	5 a 25	

(*) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos mercantis operacionais.

(**) Da totalidade das aquisições de ativo imobilizado, ocorridas no período de 2018, parte significativa se deu por meio de arrendamento mercantil financeiro, com reconhecimento direto do respectivo passivo, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos, sem efeito de caixa, totalizaram R\$ 111.687 (R\$ 136.132 em 2017). Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa, como atividade de investimento.

13 Intangível (Controladora e consolidado)

Softwares

O custo, a amortização acumulada e o valor contábil líquido são apresentados a seguir:

Custo:		
Em 1º de janeiro de 2017		37.640
Adições		<u>4.665</u>
Em 30 de junho de 2017		<u>42.305</u>
Em 1º de janeiro de 2018		46.084
Adições		<u>1.901</u>
Em 30 de junho de 2018		<u><u>47.985</u></u>
Amortização:		
Em 1º de janeiro de 2017		(9.687)
Despesas de amortização		<u>(1.620)</u>
Em 30 de junho de 2017		<u>(11.307)</u>
Em 1º de janeiro de 2018		(13.295)
Despesas de amortização		<u>(4.146)</u>
Em 30 de junho de 2018		<u><u>(17.441)</u></u>
Valor residual líquido:		
Em 30 de junho de 2017		30.998
Em 1º de janeiro de 2018		32.789
Em 30 de junho de 2018		30.544
Taxas da amortização % a.a.:		20

14 Financiamentos e empréstimos (Controladora e consolidado)

Natureza	Taxa média efetiva de juros	30/06/2018	31/12/2017
FINAME	9,67% a.a.	182.474	261.241
CDC	12,86% a.a.	148.896	70.528
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,43% a.a.	37.982	67.861
Capital de giro	CDI + juros 3,40% a.a.	<u>236.139</u>	<u>254.570</u>
		<u>605.491</u>	<u>654.200</u>
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(314.748)</u>	<u>(288.405)</u>
Passivo não circulante		<u>290.743</u>	<u>365.795</u>

Os financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 721.674 (R\$ 958.340 em 31 de dezembro de 2017) e aval do acionista majoritário e, os financiamentos com natureza CDC estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 140.161 (R\$ 62.299 em dezembro de 2017). Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do acionista majoritário no valor de R\$ 236.139 (R\$ 254.570 em 31 de dezembro de 2017).

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto a certas instituições financeiras, a Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente e trimestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- *Rating* igual ou superior a “BBB-“ nas agências de análise de risco de crédito;
 - Dívida líquida / EBITDA ajustado*;
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / Ativo imobilizado; e
 - Dividendos acrescidos de juros sobre o capital pago dividido pelo lucro líquido do período.
 - Dívida financeira bruta;
 - Dívida financeira líquida;
 - Dívida com instituições financeiras de curto prazo/dívida com instituições financeiras;
 - Investimentos individuais em imobilizado não superior a R\$ 450.000
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2016
Ativo não circulante				
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	7.150	7.167	7.150	7.167
Prejuízos fiscais a compensar	52.336	53.519	52.336	53.519
Regime tributação por caixa - variação cambial	1.731	-	1.731	-
Regime de tributação por caixa - hedge	-	1.854	-	1.854
	<u>61.217</u>	<u>62.540</u>	<u>61.217</u>	<u>62.540</u>
Passivo não circulante				
Ajuste arrendamento mercantil - adoção CPC 06	20.032	25.625	20.032	25.625
Ajuste depreciação contábil - adoção CPC 27	127.015	124.621	127.015	124.621
Variação monetária depósito judicial	1.636	1.571	1.636	1.571
Regime de tributação por caixa - hedge	1.230	-	1.230	-
Regime tributação por caixa - variação cambial	-	135	-	135
	<u>149.913</u>	<u>151.952</u>	<u>149.913</u>	<u>151.952</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>88.696</u>	<u>89.412</u>	<u>88.696</u>	<u>89.412</u>

A Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas semestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e sua controlada.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais nos próximos cinco exercícios.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado do período antes de impostos	5.246	5.282	5.292	5.307
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(1.784)	(1.796)	(1.799)	(1.805)
Adições e exclusões permanentes e outros:				
Resultado de equivalência patrimonial	90	49	-	-
Despesas indedutíveis	(349)	(130)	(349)	(130)
Outras adições/exclusões	13	15	75	50
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	(2.746)	(247)	(2.789)	(270)
Diferido	716	(1.615)	716	(1.615)
	(2.030)	(1.862)	(2.073)	(1.885)
Alíquota efetiva	39%	35%	39%	36%

16 Provisão para contingências (Controladora e consolidado)

A Companhia e sua controlada são partes (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/06/2018		31/12/2017		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido	
Cíveis/ambientais	1.032	(59)	973	721	
Tributárias	-	(11.303)	(11.303)	(11.111)	
Trabalhistas	6.188	(2.387)	3.801	2.888	
Processo IPVA (a)	-	(7.749)	(7.749)	(7.427)	
	7.220	(21.498)	(14.278)	(14.929)	
	31/12/2017	30/06/2018			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão	Saldo final
Cíveis/ambientais	780	488	(236)	-	1.032
Tributárias	-	-	-	-	-
Trabalhistas	5.674	2.857	(760)	(1.583)	6.188
	6.454	3.345	(996)	(1.583)	7.220

- (a) O montante de depósito judicial de R\$ 7.749 (R\$ 7.427 em 31 de dezembro de 2017) surgiu em decorrência de contingência ativa, na qual a Ouro Verde contesta o recolhimento de IPVA cobrado no estado de São Paulo, em função do prévio recolhimento no estado do Paraná. A Companhia não constituiu provisão por ter o entendimento de que tais autuações são contrárias à Constituição Federal e ao Código de Trânsito Brasileiro.

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 52.720 (R\$ 47.408 em 31 de dezembro de 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

17 Arrendamento mercantil (Controladora e consolidado)

a. Arrendatário

A Companhia e sua controlada possuem, em 30 de junho de 2018, R\$ 334.790 (R\$ 303.535 em 31 de dezembro de 2017) contabilizados como ativo imobilizado (custo residual) (principalmente veículos), com contrato de arrendamento mercantil financeiro.

Os contratos possuem, substancialmente, prazo de duração de 24 a 36 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data, sendo exercida pelo valor residual garantido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2018, a Companhia e sua controlada reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 20.069 (R\$ 20.695 em 2017) relativos a despesas financeiras e R\$ 53.043 (R\$ 58.765 em 2017) relativo à despesa de depreciação.

Em 30 de junho de 2018, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	125.667	28.337	154.004
Entre um a dois anos	92.378	17.185	109.564
Entre dois a cinco anos	64.097	11.899	75.996
	<u>282.142</u>	<u>57.422</u>	<u>339.563</u>

A taxa média de juros dos contratos de arrendamento é de 1,20% ao mês para os contratos pré-fixados e CDI mais juros de 0,49% ao mês para os contratos pós-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto do contrato.

Os contratos de arrendamento no qual a Companhia é arrendatária não contém nenhuma cláusula de pagamentos contingentes os quais teriam impacto na despesa de arrendamento reconhecida no resultado.

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente, e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*); e

- Prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

A Companhia também loca o terreno da sede em Curitiba através de um arrendamento mercantil operacional firmado com parte relacionada (Serenata Administradora de Bens Ltda. - vide nota 10). A duração do contrato é de 5 anos, com a opção de renovação de prazo após esse período. O valor dos pagamentos é reajustado anualmente com base no IGP-M. No período findo em 30 de junho de 2018 a despesa total reconhecida no resultado relativa a essa operação foi de R\$ 919 (R\$ 892 em 2017).

b. Arrendador

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes para o período que varia de 2 a 7 anos. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os veículos, tratores e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frotas podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela são os pagamentos mínimos não canceláveis (geração futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 30 de junho de 2018:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Total
Pagamentos futuros mínimos não canceláveis a serem recebidos (geração futura de caixa)	382.880	359.661	136.592	879.133

18 Debêntures (Controladora e consolidado)

Natureza	Encargos	30/06/2018	31/12/2017
3ª Emissão (a)	CDI + 2,5% a.a.	17.126	47.109
4ª Emissão (b)	CDI + 3,25% a.a.	41.885	92.134
5ª Emissão (c)	CDI + 5,0 a.a.	290.510	290.399
6ª Emissão (d)	CDI + 5,5 a.a.	255.706	255.622
7ª Emissão (e)	CDI + 3,25 a.a.	135.504	-
(-) Debêntures em tesouraria (f)		(9.027)	(21.117)
Custos de transações (g)		(15.868)	(18.423)
		<u>715.836</u>	<u>645.724</u>
(-) Parcela classificada no passivo circulante		<u>(204.862)</u>	<u>(125.943)</u>
Passivo não circulante		<u>510.974</u>	<u>519.781</u>

- (a) 3ª emissão debêntures: Em 15 de março de 2014, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição pública de 25.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 480, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 2 (duas) séries, da 3ª (terceira) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante total de R\$ 250.000.
- Foram emitidas 25 mil debêntures, em duas séries, no valor total de R\$ 250.000, sendo 18.000 Debêntures de 1ª série e 7.000 de 2ª série;
 - As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
 - A data de vencimento da 1ª série será em quatro anos, com vencimento previsto para 2018 e o vencimento da 2ª série será em cinco anos, com vencimento previsto para 2019;
 - A amortização da 1ª série será mensal, a partir do final do 18º mês e a amortização da 2ª série será a partir do final do 24º mês;
 - A remuneração da 1ª série será CDI+2,40%a.a. e a remuneração da 2ª série, será CDI+2,50% a.a., para todas as séries o pagamento dos juros será mensal;
 - As Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;
 - Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro, incluindo o pré-pagamento de operações de capital de giro.
 - Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA ou da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão;
 - Foi contratado o BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento, para ser o “Formador de Mercado”.
 - O coordenador líder foi o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e os demais coordenadores foram Banco Votorantim S.A. e BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento.
 - O agente fiduciário é a Pentágono DTVM e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Bradesco S.A.
- (b) 4ª emissão debêntures: Em 11 de novembro de 2015, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição de 20.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 4ª (quarta) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante total de R\$ 200.000.
- Foram emitidas 20 mil debêntures, em série única, no valor total de R\$ 200.000;
 - A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 25 de novembro de 2015 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o consequente recebimento do montante de R\$ 200.000;
 - As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação do: (i) Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.; (ii) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;

- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
 - As debêntures de série única possuem prazo de vigência de 3 anos - ou 36 meses, com 12 meses de carência e 24 parcelas mensais para o valor unitário principal, 36 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
 - Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3,25% ao ano;
 - As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.
 - O agente fiduciário é a Pentágono DTV M e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Bradesco S.A.
- (c) 5ª emissão debêntures: Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição de 290.000.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 2 (duas) séries, da 5ª (quinta) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$ 290.000.
- Foram emitidas 290 milhões de debêntures, em duas séries, no valor total de R\$ 290.000, sendo 120.000.000 Debêntures de 1ª série e 170.000.000 de 2ª série;
 - As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
 - A data de vencimento da 1ª série será em três anos, com vencimento previsto para 2019 e o vencimento da 2ª série será em quatro anos, com vencimento previsto para 2020;
 - A amortização da 1ª série será mensal, a partir do final do 12º mês e a amortização da 2ª série será a partir do final do 13º mês;
 - A remuneração da 1ª série será CDI+3,95%a.a. e a remuneração da 2ª série, será CDI+4,50% a.a., para todas as séries o pagamento dos juros será mensal;
 - As Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;
 - Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, para o reperfilamento de passivos financeiros da Emissora;
 - As Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA ou da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão;
 - Foi contratado o Banco Bradesco S.A. para ser o “Formador de Mercado”;
 - O coordenador líder foi o Banco Bradesco S.A. e os demais coordenadores foram Banco Votorantim S.A., Banco Itaú S.A. e Banco Santander S.A.;
 - O agente fiduciário é a Pentágono DTV M e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Bradesco S.A.;
 - Em 27 de setembro de 2017 houve uma reestruturação da 5ª emissão de debêntures, passando a vigorar as seguintes condições: a remuneração da 1ª série será CDI+5,00% a.a. e a data de vencimento 25/11/2020; a remuneração da 2ª série será CDI+5,00% a.a. com prazo de vencimento inalterado e para todas as séries o pagamento dos juros será mensal.
- (d) 6ª emissão debêntures: Em 29 de setembro de 2017, a Companhia realizou Oferta Restrita de 254.770.600 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória

adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 6ª (sexta) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$ 254.771.

- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
 - A data de vencimento da série única será em cinco anos, com vencimento previsto para amortização mensal a partir do final do 13º mês;
 - A remuneração da série será CDI+5,50% a.a., o pagamento dos juros será mensal;
 - As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;
 - Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro, incluindo o pré-pagamento de operações de capital de giro;
 - Foram emitidas com a intermediação do: (i) Banco Bradesco S/A; (ii) Banco Itaú Unibanco S/A.; (iii) Banco Santander Brasil S/A.
 - O agente fiduciário é a Planner Trustee DTVM e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Bradesco S.A.
- (e) 7ª emissão debêntures: Em 26 de março de 2018, a Companhia realizou Oferta Restrita de 135.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 7ª (sétima) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$ 135.000.
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
 - A data de vencimento da série única será em três anos, com vencimento previsto para amortização mensal a partir do final do 3º mês;
 - A remuneração da série será CDI+3,25% a.a., o pagamento dos juros será mensal;
 - As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;
 - Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro;
 - Foram emitidas com a intermediação do Banco BTG Pactual S/A;
 - O agente fiduciário é a Pentágono DTVM e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A.
- (f) Debêntures em tesouraria: Nos dias 12 de setembro de 2016 e 14 de dezembro de 2016, recomparamos 2.800 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$28 milhões e 10.422 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$100,0 milhões, respectivamente.
- Durante o exercício de 2017 a Companhia: (i) vendeu 7.467 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão pelo valor de R\$ 67,2 milhões; (ii) recomprou 4.578 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 26,8 milhões; (iii) vendeu 3.415 debêntures emitidas na 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 20 milhões; (iv) vendeu mais 5.521 debêntures no valor de R\$ 29,9 milhões, permanecendo disponíveis para venda e mantidas em tesouraria em 30 de junho de 2018 um saldo de 1.397 debêntures da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$ 2,9 milhões.

Adicionalmente, no dia 29 de setembro de 2017 a Companhia (v) recomprou 4.500 debêntures emitidas na 1ª série da 3ª emissão, no valor R\$ 9 milhões e (vi) recomprou 2.497 debêntures emitidas na 2ª série da 3ª emissão no valor de R\$ 12,2 milhões. Em 15 de março de 2018 as debêntures da 1ª série da 3ª emissão tiveram sua última parcela paga, zerando assim o valor em tesouraria deste papel, permanecendo disponíveis para venda e mantidas em tesouraria em 30 de junho de 2018 um saldo de 2.497 debêntures da 2ª série da 3ª emissão, no valor de R\$ 6,1 milhões.

- (g) Custos de transações: Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado da Companhia, no processo de emissão da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª debêntures da Companhia foram apresentados reduzindo o saldo passivo e computados na taxa efetiva dos juros. Os saldos dos custos de transações serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vencimento das debêntures.

Cláusulas contratuais de vencimento antecipado (Covenants)

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*);
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / ativo imobilizado; e
 - Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.
 - Dívida financeira bruta;
 - Dívida financeira líquida;
 - Dívida com instituições financeiras de curto prazo/dívida com instituições financeiras;
 - Investimentos individuais em imobilizado não superior a R\$ 450.000.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 102.723 (R\$ 102.723 em 31 de dezembro de 2017) está totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 87.163.450 ações sem valor nominal. A participação dos acionistas no capital social da Companhia em 30 de junho de 2018 é assim demonstrada:

Acionistas	Ações	%
Celso Antônio Frare	23.729.605	27,22
Karlis Jonatan Krukliis	8.716.345	10,00
Novo Oriente Participações Ltda.	54.717.500	62,78
	<u>87.163.450</u>	<u>100,00</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos residuais da Companhia. Além disso, os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento dos dividendos declarados, e têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 32º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

Destinada à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial consiste no custo atribuído de veículos, tratores e colhedoras registrados na data de transição para os CPCs e IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

20 Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico e diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluídas as ações em tesouraria.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado do período	3.216	3.420	3.219	3.422
<i>Lucro líquido por ação básico:</i>				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,03690	0,03924	0,03693	0,03926
<i>Lucro líquido por ação diluído:</i>				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,03690	0,03924	0,03693	0,073926

21 Receita operacional líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos:

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Prestação de serviços	379.183	400.199	379.183	400.199
Ativos alienados para renovação da frota	95.536	101.287	99.615	103.404
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(37.739)	(31.150)	(37.782)	(31.170)
Devoluções e abatimentos	(24.252)	(13.492)	(24.401)	(13.492)
	<u>412.728</u>	<u>456.844</u>	<u>416.615</u>	<u>458.941</u>
	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Prestação de serviços	201.902	209.272	201.902	209.272
Ativos alienados para renovação da frota	44.829	53.431	47.124	53.497
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(20.458)	(18.853)	(20.483)	(18.854)
Devoluções e abatimentos	(17.346)	(6.919)	(17.495)	(6.919)
	<u>208.927</u>	<u>236.931</u>	<u>211.048</u>	<u>236.996</u>

A composição da receita líquida reconhecida durante o período em cada categoria significativa é como segue:

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Prestação de serviços	317.192	355.557	317.192	355.557
Ativos alienados para renovação da frota	95.536	101.287	99.423	103.384
	<u>412.728</u>	<u>456.844</u>	<u>416.615</u>	<u>458.941</u>

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Prestação de serviços	164.098	183.500	164.098	183.500
Ativos alienados para renovação da frota	44.829	53.431	46.950	53.496
	<u>208.927</u>	<u>236.931</u>	<u>211.048</u>	<u>236.996</u>

22 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Custos				
Custo de venda da frota	86.711	96.167	90.197	98.081
Despesas com benefícios a empregados	49.574	51.759	49.574	51.759
Despesas de depreciação e amortização	106.275	122.693	106.275	122.693
Manutenção e reparos	41.155	36.855	41.160	36.865
Serviços de terceiros	6.726	7.772	6.727	7.774
Outros	5.677	9.499	5.781	9.519
	<u>296.118</u>	<u>324.745</u>	<u>299.714</u>	<u>326.691</u>
Vendas				
Outros	185	1.378	185	1.378
	<u>185</u>	<u>1.378</u>	<u>185</u>	<u>1.378</u>
Gerais e administrativas				
Despesas com benefícios a empregados	12.148	13.149	12.148	13.149
Despesas de depreciação e amortização	4.320	1.799	4.320	1.799
Serviços de terceiros	528	902	528	902
Outros	2.670	2.401	2.670	2.402
	<u>19.666</u>	<u>18.251</u>	<u>19.666</u>	<u>18.252</u>

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Custos				
Custo de venda da frota	39.890	51.169	41.847	51.224
Despesas com benefícios a empregados	28.608	29.578	28.608	29.578
Despesas de depreciação e amortização	47.955	61.610	47.955	61.610
Manutenção e reparos	26.315	22.330	26.320	22.340
Serviços de terceiros	3.966	3.497	3.966	3.498
Outros	398	6.773	414	6.774
	<u>147.132</u>	<u>174.957</u>	<u>149.110</u>	<u>175.024</u>
Vendas				
Outros	184	1.307	184	1.307
	<u>184</u>	<u>1.307</u>	<u>184</u>	<u>1.307</u>
Gerais e administrativas				
Despesas com benefícios a empregados	6.541	7.867	6.541	7.867
Despesas de depreciação e amortização	2.198	885	2.198	885
Serviços de terceiros	337	392	337	392
Outros	1.256	1.256	1.256	1.257
	<u>10.332</u>	<u>10.400</u>	<u>10.332</u>	<u>10.401</u>

23 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.372)	(45.531)	(29.372)	(45.531)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(20.069)	(20.695)	(20.069)	(20.695)
Juros sobre debêntures	(37.867)	(36.737)	(37.867)	(36.737)
Despesas com hedge	(8.297)	(20.027)	(8.297)	(20.027)
Despesas com variação cambial	(10.020)	(10.970)	(10.020)	(10.970)
Outros	(13.758)	(14.001)	(13.760)	(14.004)
	<u>(119.383)</u>	<u>(147.961)</u>	<u>(119.385)</u>	<u>(147.964)</u>

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros	9.461	23.421	9.482	23.444
Receitas com hedge	13.958	6.088	13.958	6.088
Receitas com variação cambial	3.653	11.108	3.653	11.108
Outros	733	985	733	985
	27.805	41.602	27.826	41.625
	(91.578)	(106.359)	(91.559)	(106.339)
	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.064)	(23.833)	(14.064)	(23.833)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(10.297)	(9.627)	(10.297)	(9.627)
Juros sobre debêntures	(20.077)	(16.530)	(20.077)	(16.530)
Despesas com hedge	(1.594)	(2.386)	(1.594)	(2.386)
Despesas com variação cambial	(6.324)	(9.086)	(6.324)	(9.086)
Outros	(6.460)	(8.312)	(6.462)	(8.314)
	(58.816)	(69.774)	(58.818)	(69.776)
	(46.314)	(54.496)	(46.302)	(54.491)
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros	3.812	9.385	3.826	9.392
Receitas com hedge	8.346	5.276	8.346	5.276
Receitas com variação cambial	-	-	-	-
Outros	344	617	344	617
	12.502	15.278	12.516	15.285
	(46.314)	(54.496)	(46.302)	(54.491)

24 Instrumentos financeiros (Consolidado)

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas informações financeiras da Companhia e sua controlada, conforme o quadro abaixo:

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

30/06/2018							
Ativo	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6	167.257	-	167.257	167.257	140.707	140.707
Contas a receber de clientes	8	150.069	-	150.069	150.069	164.130	164.130
Contas a receber por alienação de controlada	9,10	162.053	-	162.053	162.053	159.231	159.231
Aplicações financeiras vinculadas	7	75.315	-	75.315	75.315	89.428	89.428
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	4.450	4.450	4.450	204	204
		554.694	4.450	559.144	559.144	553.700	553.700
Passivo	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores		54.814	-	54.814	54.814	56.501	56.501
Financiamentos e empréstimos	14	605.491	-	605.491	606.861	654.200	655.812
Arrendamento mercantil	17	282.142	-	282.142	282.142	233.261	233.261
Debêntures	18	715.836	-	715.836	719.416	645.724	648.953
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	832	832	832	5.658	5.658
		1.658.283	832	1.659.115	1.664.065	1.595.344	1.600.185

Valor justo dos instrumentos financeiros

- Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.
- Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como designados pelo valor justo por meio do resultado.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que indicam os instrumentos financeiros derivativos, são inteiramente classificados no nível II da hierarquia de valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia e sua controlada mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2018, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. Em 30 de junho de 2018, o valor nacional do instrumento financeiro derivativo é de USD 9.851 (R\$ 37.982).

Instrumento	Vencimentos			30/06/18	
		Ativo - Taxa média (risco contratado)	Passivo - Taxa média (objeto protegido)	Ativo	Passivo
Swap de moedas	26/09/18 a 20/03/19	CDI + 3,19% a.a.	US\$ + 3,43% a.a.	4.450	832

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do sócio majoritário da Companhia para contratação destas operações.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos duvidosos, em 30 de junho de 2018, é de R\$ 10.990, representando 7% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2017, esta provisão era de R\$ 11.997, equivalentes a 7%.

A Ouro Verde possui um “Comitê de Investimentos” e um “Comitê de Venda de Ativos”, com reuniões semanais para aprovação das estratégias dos ativos da Companhia, bem como todos os investimentos a serem efetuados. Participam e votam neste Comitê, além da diretoria, a gerência corporativa de compras, do financeiro e da controladoria. Desta forma, são avaliados e formalizados todos os aspectos fundamentais para a realização de qualquer investimento, dentre eles: análise de crédito, rentabilidade, linhas de financiamentos, estratégias comerciais, diversificação de carteira, fornecedores, entre outros aspectos.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e sua controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como dólar e euro. Contudo, os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia e sua controlada em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos. Enquanto que, a Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial atrelada à moeda euro pelo fato de não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e sua controlada. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi 6,39%.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	160.866	10.279	7.710	5.140
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Baixa do CDI	<u>75.315</u>	<u>4.813</u>	<u>3.609</u>	<u>2.406</u>
			<u>236.181</u>	<u>15.092</u>	<u>11.319</u>	<u>7.546</u>
Impacto no resultado					<u>(3.773)</u>	<u>(7.546)</u>
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Baixa do CDI	37.982	(2.427)	(1.820)	(1.214)
Capital de giro	CDI	Baixa do CDI	236.139	(15.089)	(11.317)	(7.545)
Debêntures	CDI	Baixa do CDI	<u>715.836</u>	<u>(45.742)</u>	<u>(34.306)</u>	<u>(22.871)</u>
			<u>989.957</u>	<u>(63.258)</u>	<u>(47.443)</u>	<u>(31.630)</u>
Impacto no resultado					<u>15.815</u>	<u>31.628</u>
Impacto final no resultado					<u><u>12.042</u></u>	<u><u>24.082</u></u>

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	160.866	10.279	12.849	15.419
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Alta do CDI	75.315	4.813	6.016	7.219
			<u>236.181</u>	<u>15.092</u>	<u>18.865</u>	<u>22.638</u>
Impacto no resultado					<u>3.773</u>	<u>7.546</u>
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Alta do CDI	37.982	(2.427)	(3.034)	(3.641)
Capital de giro	CDI	Alta do CDI	236.139	(15.089)	(18.862)	(22.634)
Debêntures	CDI	Alta do CDI	715.836	(45.742)	(57.177)	(68.611)
			<u>989.957</u>	<u>(63.258)</u>	<u>(79.073)</u>	<u>(94.886)</u>
Impacto no resultado					<u>(15.815)</u>	<u>(31.628)</u>
Impacto final no resultado					<u>(12.042)</u>	<u>(24.082)</u>

A Companhia e sua controlada não esperam mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A gestão do risco de liquidez é feita pelo Comitê de Investimentos, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção adequada de recursos financeiros de curto prazo em caixa e equivalentes de caixa e através: (i) caixa gerado pelas atividades operacionais de serviços prestados, (ii) um aumento dos fluxos de caixa gerados pela venda de ativos para renovação de frota, e (iii) acesso a linhas de crédito pré aprovadas com terceiros (empréstimos e financiamentos). As projeções da Administração indicam que os aumentos dos recursos derivados de contratos de arrendamento mercantil em seu portfólio em 30 de junho de 2018 serão suficientes para cobrir suas obrigações de curto e longo prazo junto a seus credores em geral. A Companhia possui um portfólio de contratos com seus clientes, com duração entre 2 e 7 anos, os quais possuem uma geração de caixa prevista de R\$ 879.133 (vide nota 17).

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo

empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	30/06/2018	31/12/2017
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis (nota explicativa 17), debêntures (nota explicativa 18) e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 24)	1.599.851	1.538.639
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 6) e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 7)	(242.572)	(230.135)
Dívida líquida	1.357.279	1.308.504
Patrimônio líquido	188.606	185.387
	1.545.885	1.493.891
Índice de alavancagem financeira	88%	88%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 30 de junho de 2018			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	314.748	148.872	141.871
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 17)	125.667	92.378	64.097
Debêntures (nota explicativa 18)	204.862	253.564	257.410
Fornecedores	54.814	-	-
	700.091	494.814	463.378
Em 31 de dezembro de 2017			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	288.405	204.229	161.566
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 17)	115.017	84.665	33.579
Debêntures (nota explicativa 18)	125.943	208.962	310.819
Fornecedores	56.501	-	-
	585.866	497.856	505.964

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois uma parcela dos seus passivos está atrelada à volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano, que, em junho de 2018, apresentou variação positiva de 16,6% (positiva de 1,5% em dezembro de 2017).

Em 30 de junho de 2018 a Companhia mantinha financiamentos em aberto no montante de USD 9.851 (R\$ 37.982).

Os empréstimos bancários da Companhia em USD foram substancialmente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos.

Análise de sensibilidade

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos um aumento/redução de 25% para a taxa de câmbio do dólar norte-americano e para o Cenário II um aumento/redução de 50%. A taxa de conversão utilizada como base para o cenário atual foi 3,8558.

Aumento na taxa de câmbio

		Valor Base USD	Valor Base R\$	Cenário I	Cenário II
Empréstimo em moeda estrangeira	Aumento USD	9.851	37.982	47.479	56.975
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento USD	<u>(9.851)</u>	<u>(37.982)</u>	<u>(47.479)</u>	<u>(56.975)</u>
Exposição líquida		-	-	-	-
Impacto no resultado				<u>-</u>	<u>-</u>

Baixa na taxa de câmbio

		Valor Base USD	Valor Base R\$	Cenário I	Cenário II
Empréstimo em moeda estrangeira	Queda USD	9.851	37.982	28.488	18.992
Instrumentos financeiros derivativos	Queda USD	<u>(9.851)</u>	<u>(37.982)</u>	<u>(28.488)</u>	<u>(18.992)</u>
Exposição líquida		-	-	-	-
Impacto no resultado				<u>-</u>	<u>-</u>

25 Informações por segmento (Consolidado)

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As

políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 3.

Locação de máquinas e equipamentos pesados: prestação de serviços por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, indústria, construção civil, infraestrutura, entre outros, incluindo, principalmente, caminhões, implementos rodoviários (tais como reboques e semirreboques) e equipamentos de “linha amarela” (pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros), por meio de contratos com prazos de três a sete anos, presença nacional e diversificado frota multimarcas.

Terceirização de veículos leves: prestação de serviços para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de prazos de dois a três anos de duração. Adicionalmente, prestamos a nossos clientes, tanto para sua frota própria quanto terceirizada junto a nós, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento e/ou telemetria, frota reserva e/ou dedicada, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros).

As demonstrações dos resultados por segmento operacional são como segue:

	Locação de máquinas e equipamentos pesados		Terceirização de veículos leves		Total	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Receita operacional líquida						
Serviços prestados	223.545	240.537	93.647	115.020	317.192	355.557
Ativos alienados para renovação da frota	35.198	42.225	64.225	61.159	99.423	103.384
Custos	<u>(179.288)</u>	<u>(196.806)</u>	<u>(120.426)</u>	<u>(129.885)</u>	<u>(299.714)</u>	<u>(326.691)</u>
Resultado bruto	<u>79.455</u>	<u>85.956</u>	<u>37.446</u>	<u>46.294</u>	<u>116.901</u>	<u>132.250</u>
Receitas (despesas) operacionais						
Vendas	(179)	(1.349)	(6)	(29)	(185)	(1.378)
Administrativas e gerais	(11.398)	(10.464)	(8.268)	(7.788)	(19.666)	(18.252)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(149)	(730)	(50)	(244)	(199)	(974)
Depreciação e amortização	<u>81.685</u>	<u>84.615</u>	<u>28.910</u>	<u>39.877</u>	<u>110.595</u>	<u>124.492</u>
EBITDA ajustado por segmento	<u>149.414</u>	<u>158.028</u>	<u>58.032</u>	<u>78.110</u>		
EBITDA					<u>207.446</u>	<u>236.138</u>
(ii) A reconciliação do EBITDA é a seguinte:						
Resultado do período					3.219	3.422
(+) Despesas financeiras, líquidas					91.559	106.339
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido					2.073	1.885
(+) Depreciação e amortização					<u>110.595</u>	<u>124.492</u>
EBITDA					<u>207.446</u>	<u>236.138</u>

26 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 7.760 para danos materiais de suas edificações e R\$ 12.500 para responsabilidade civil/ambiental.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada possuem apólices de seguros contra terceiros para a sua frota de veículos e equipamentos, cujas coberturas são de R\$ 8.600 para danos materiais e danos corporais.

27 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

28 Programa de opção de compra de ações

A Companhia aprovou, na 99ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de julho de 2013, o Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa” e “Regulamento”, respectivamente), no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 28/06/2013.

O Regulamento estabelece como elegíveis a participar do Programa, o Diretor Presidente, Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Gerentes e outros empregados a critério do Conselho de Administração.

As Ações Objeto do Programa serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Os Beneficiários poderão exercer o direito de Opção de Compra das Ações (“Período do Exercício” ou “Vesting”) na forma prevista na tabela abaixo:

- 20% em 1º de julho de 2014;
- 20% em 1º de julho de 2015;
- 20% em 1º de julho de 2016;
- 20% em 1º de julho de 2017; e
- 20% em 1º de julho de 2018.

O direito de Opção nas datas acima indicadas somente será possível, desde que se verifique a continuidade do vínculo empregatício que o Beneficiário mantém com a Companhia.

As ações sujeitas a Opção de Compra poderão ser adquiridas pelos Beneficiários pelo seu valor de abertura Oferta Pública Inicial de Ações - IP, com deságio de 20% (vinte por cento), corrigido pelo IGP-M, divulgado pela FGV. Nenhuma outorga será concedida antes de 1º de janeiro de 2014.

O exercício da Opção far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição e celebração do respectivo contrato de aquisição de ações.

As ações objeto da Opção de Compra terão os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos acionistas da Companhia, sendo-lhes sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

É vedado o exercício da Opção de Compra, durante os 30 (trinta) dias que antecedem as datas de fechamento dos resultados da Companhia ao Mercado.

O Regulamento não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia, devendo o Conselho de Administração ou Comitê determinar e realizar os ajustes cabíveis para proteger os interesses dos Beneficiários.

Extinção do Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações

A Companhia aprovou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2014, a revogação do Primeiro Programa de Opção de Ações da Companhia, com a consequente extinção do seu respectivo Regulamento do Programa. Para todos os efeitos, o Conselho de Administração poderá estabelecer outros programas de opção de compra de emissão da Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pelos acionistas em 28 de junho de 2013.